

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS

anacampos.df@dabr.com.br

Neide Amaro/Divulgação



Sindivarejista na parceria pela segurança pública no DF

O empenho do Sindivarejista em reforçar a segurança pública foi reconhecido pelo secretário de Segurança, Sandro Avelar. Ele concedeu ao presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, a Medalha Mérito Integração Segurança Pública do Distrito Federal. A condecoração faz parte do projeto DF Seguro – Segurança Integral, que distinguiu lideranças da capital em solenidade na última sexta-feira. Para 2025, há novos planos para um trabalho conjunto. Com a maioria dos associados liderados por empresárias, o Sindivarejista vem costurando com Avelar e com a secretária da Mulher do DF, Gisele Ferreira, parceria para combater a violência de gênero a partir de ações encabeçadas pelo comércio varejista.

Divulgação/TJDF



Medalhistas

O desembargador João Egmont Lopes, as juízas coordenadoras do Núcleo Judiciário da Mulher (NJM), Fabriziane Zapata e Gislaine Reis, e a juíza da 3ª Vara de Entorpecentes do Distrito Federal Joelci Araújo Diniz, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), foram agraciados com a Medalha Mérito Segurança Pública do Distrito Federal. O presidente Waldir Leônico Júnior e a juíza coordenadora do NJM Luciana Lopes também foram indicados para receberem a medalha, mas não puderam comparecer ao evento.

Fundo Constitucional sob ameaça real

Com a manifestação pública do presidente Lula a favor dos cortes nos repasses federais para Brasília, é possível dizer que o Fundo Constitucional do DF nunca esteve tão ameaçado em sua história. No ano passado, nas discussões no Congresso sobre o arcabouço fiscal, surgiu a ideia de mudar as regras de correção anual do FCDF, liderada pelo relator do projeto na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA). Na época, houve manifestações favoráveis ao corte por parte do ministro Rui Costa, da Casa Civil. Agora o projeto vem com carimbo do Palácio do Planalto, de autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), em meio ao pacote de ajuste fiscal. A matéria tramita em regime de urgência. Guimarães chamou os repasses federais ao DF nos patamares atuais de “excessividade”. A medida também foi defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.



Mariana Juner/DA Press

Redes sociais



Diálogo e convencimento

O ex-governador José Roberto Arruda gravou um vídeo em defesa do Fundo Constitucional do DF. O político foi líder do governo Fernando Henrique Cardoso no Senado, o presidente que sancionou a criação do FCDF. Para Arruda, brigar com o governo federal — “que deve ter suas razões” — não é uma boa. Ele recomenda um trabalho de diálogo e convencimento dos parlamentares de Brasília para sensibilizar outras bancadas.

Denúncias graves

A situação do ex-presidente do PT Wilmar Lacerda é grave, como mostrou reportagem publicada pelo **Correio**. Preso há um mês por envolvimento em abuso sexual de menores e estupro de vulnerável, ele vai responder por crimes graves envolvendo meninas. Wilmar foi suplente de Cristovam Buarque no mandato de senador, secretário de Gestão Administrativa do governo Agnelo Queiroz e líder do PT no Senado. Teve muita influência nas decisões do PT-DF, mas foi afastado e, provavelmente, será expulso do partido por conta das denúncias.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

“Não era possível ele (Distrito Federal) receber mais que os outros estados. Aliás, já é o estado que recebe mais se comparado a qualquer outro estado. Então, aos poucos a gente vai tentando fazer esse país voltar à normalidade”

Presidente Lula



Ed Alves/CB/DA.Press

“Temos um histórico de que todas as capitais da República sempre foram mantidas pelo governo federal, desde o estado da Guanabara. Não faz sentido, agora, no contexto da verdadeira política e do pacto federativo, impor à capital da República uma mudança que alterará o Fundo Constitucional e prejudicará o Distrito Federal”

Governador Ibaneis Rocha (MDB)



Ed Alves/CB/DA.Press



SÓ PAPOS



À QUEIMA ROUPA

Qual é o real impacto da correção do Fundo Constitucional para o DF?

Se levarmos em consideração que o índice fosse corrigido desde 2002, seria algo superior a R\$ 13 bilhões a menos. Vou dar um exemplo real: o fundo de 2024 foi executado em R\$ 23,38 bilhões. Para o próximo ano, ele vai subir para R\$ 25,12 bilhões. Se estivéssemos sendo corrigidos via Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e não através da Receita Corrente Líquida (RCL), para o ano de 2025, estaríamos na casa de R\$ 12 bilhões, ou seja, de 25 para 12. Isso é R\$ 13 bilhões a menos todos os anos. Ou seja, é um prejuízo absurdo, porque vai fazer com que nós não consigamos atingir o objetivo real do Fundo. Quando ele foi criado lá atrás, pelo então presidente Fernando Henrique, tinha como finalidade fazer despesas correntes, que seriam, no início, para arcar com as despesas de folha das forças policiais. Posteriormente, foi inserida a possibilidade de utilizar o pagamento de despesas correntes com folha em casos de ativos e inativos, educação e saúde. Também temos que lembrar porque ele — FCDF — deixa claro no seu texto que é para manutenção da qualidade dos serviços prestados à segurança, saúde e educação. Como é que eu iria fazer uma manutenção da qualidade dos serviços só pagando a folha? Não tem como. Então, temos que continuar fazendo novas nomeações, porque a população cresce. Quando foi construída por Juscelino Kubitschek, era uma cidade administrativa. E hoje

sabemos que não é. É a capital brasileira que mais cresceu nos últimos anos, percentualmente falando. E, por consequência, vêm os problemas consigo: violência, necessidade de mais hospitais, mais escolas. E isso demanda não somente manter, mas também aperfeiçoar, melhorar e expandir tais serviços para ter qualidade para toda a população.

Você acha que caso a alteração seja aceita, vai ocorrer demissões no Governo do Distrito Federal (GDF)?

Não, demissão jamais, até porque quando acontece o concurso, para ocorrer a demissão, as hipóteses legais não incluem a redução de custos, e sim ultrapassar os limites legais da LRF — Lei de Responsabilidade Fiscal —, que são prudencial, emergencial e assim por diante. Quando você estoura os limites, aí sim você tem inúmeras medidas para se readequar, e uma delas é demitir. No caso em questão, não é necessário. O que faremos é não contratar novos servidores durante um período que seja seguro, até termos uma segurança jurídica, uma responsabilidade muito grande para obedecer às leis de responsabilidade fiscal, para poder voltar a contratar e a negociar com os sindicatos novos salários, reestruturações, porque é merecedor o servidor ganhar bem. Então sempre vai ter essa discussão entre nós, os sindicatos e as carreiras. Isso aí vai ficar sobrestado durante um bom período, e é um prejuízo imensurável para a qualidade do serviço prestado para a população, caso

Ed Alves/CB/DA.Press



NEY FERRAZ, SECRETÁRIO DE FAZENDA DO DF

tenhamos os servidores recebendo a contenda. Também serão prejudicadas as obras. Vamos lutar para concluir o que já foi iniciado, e vamos ter mais responsabilidade pensando muito no que vai ser feito daqui em diante.

Então o grande impacto que o DF vai sentir caso a alteração seja aprovada é em relação à redução de custeio, correto?

Isso. Vamos suspender negociações, nomeações e aumentos salariais. Existem muitas categorias que estão com salário defasado, apesar de termos feito esses 18%, divididos em três parcelas, onde a última é agora em julho. Nós reconhecemos que não é o suficiente, temos que buscar melhorar. Estamos buscando. Inúmeras carreiras já foram agraciadas, existem outras na fila para negociar. Entretanto, infelizmente, se isso vier a acontecer, não existe a menor possibilidade, a curto prazo, de abrir algum outro tipo de negociação para melhorar a situação salarial dos servidores.

Acaba impactando na vida das pessoas que não são servidoras públicas...

Com certeza. Vamos ter dificuldade para fazer ampliações nas vias de pista, estrada, viadutos, o que vai começar, a médio e longo prazo, causando impacto na qualidade da vida e do transporte do trabalhador. Quando você para de fazer obras, daqui a uns anos o cidadão vai

“A qualidade do serviço prestado na saúde, que as pessoas reclamam, vai piorar, porque a gente não vai conseguir contratar novos médicos, não vamos conseguir fazer a construção de novos hospitais, e a população não vai parar de crescer”

falar: “Por que não fizeram uma duplicação aqui, um viaduto ali etc.” Isso gera um impacto, porque o investimento tem que vir antes do problema chegar, e isso tudo tem que ser com dinheiro do investimento. Nesse caso, teremos um impacto direto, e também na prestação de serviços de saúde e educação. Não vamos ter como aumentar a quantidade de vagas de creche, impactando as mães que querem trabalhar. Não vamos conseguir aumentar a quantidade de acordo com a necessidade que as pessoas têm. A qualidade do serviço prestado na saúde, que as pessoas reclamam, vai piorar, porque a gente não vai conseguir contratar novos médicos, não vamos conseguir fazer a construção de novos hospitais, e a população não vai parar de crescer.

Haverá também crise na economia do DF...

Lógico, porque quando você tira esses R\$ 800 milhões, vou dar um exemplo: é esse valor que gera e gira na economia. Quando pegamos esse dinheiro e jogamos na roda financeira, através de aumento salarial, obras e pagamento de folha, ele — o dinheiro — entra na conta do servidor, da empresa, e gira. Porque as pessoas gastam no mercado, fazendo compras de comida, no shopping; as empresas também contratam pessoas, fazem readequações, e assim vamos girando a economia. A partir do momento que ele não entra — na roda financeira —, isso vai fazer com que, a cada ano que passa, tenha menos dinheiro girando na economia, e isso

gera um impacto direto na própria circulação econômica, diminuindo a quantidade de empregos e de renda, gerando um impacto muito ruim, seja aumentando a criminalidade e a violência, porque é um ciclo vicioso negativo.

Acredita que há uma visão distorcida sobre a importância da capital do país?

Brasília foi construída, planejada para ser a capital da República. Então, aqui ela não é somente a cidade de Brasília, que representa somente os candangos, ela representa o Brasil. Aqui temos todas as casas da diplomacia, embaixadas, consulados, o Poder Judiciário, tribunais superiores, o Supremo Tribunal Federal (STF) etc. Então, tudo isso representa não o DF, mas o país. Quando se criou o Fundo Constitucional, foi para manter a qualidade desses serviços, e para que tenhamos segurança. Assim como é colocada hoje, somos a segunda capital com a melhor qualidade de vida. Isso é levado em consideração diretamente quando podemos andar na rua com toda a tranquilidade. Existem outras capitais onde você não pode fazer isso. Vou pegar aqui o gancho do ministro Ricardo Lewandowski: em São Paulo você não consegue andar com a mochila, relógio, e aqui você sabe que é inimaginável a diferença da qualidade de vida e segurança que temos. E isso tem um custo. Quando você faz a capital da República, que representa o país perante o mundo, isso tudo vai ser impactado diretamente no conceito original com que Brasília foi concebida.

Nelson Jr./SCO/STF



Fux recebe reconhecimento do mercado imobiliário

O presidente da Abadi (Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis), Rafael Thomé, o diretor de Condomínio e Locação, Marcelo Borges, e o presidente do Conselho Deliberativo, Pedro Carsalade, realizaram uma audiência com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), e na oportunidade entregaram ao magistrado o Troféu Reconhecimento Abadi. A homenagem faz parte da celebração dos 50 anos da associação, que reconheceu a contribuição do ministro, autor de obras e palestras institucionais sobre imóveis e locações, pelos relevantes trabalhos prestados à sociedade.



MANDOU BEM

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) conquistou, pelo sexto ano consecutivo, o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Diamante. O vice-presidente do TJDFT, Roberval Belinati, representou a Corte na cerimônia de premiação.



MANDOU MAL

Mais uma vez, a qualidade de vida dos moradores do Distrito Federal é ameaçada por uma visão distorcida sobre a necessidade de recursos para a manutenção da capital do país por meio do Fundo Constitucional do DF.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O promotor de Justiça Georges Seigneur toma posse nesta terça-feira (10) no segundo mandato como procurador-geral de Justiça do DF para o biênio 2025-2026, para o qual foi nomeado pelo presidente Lula. Na mesma solenidade, ele assume a presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. A cerimônia será realizada no auditório Andreino Bento Santos Filho, no edifício-sede do MPDFT, a partir de 18h.